

Lifemed Industrial
de Equipamentos
e Artigos
Médicos e
Hospitalares S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

| | |
|--|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas | 3 |
| Balancos patrimoniais | 9 |
| Demonstrações de resultados | 10 |
| Demonstrações de resultados abrangentes | 11 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 12 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto | 13 |
| Demonstrações do valor adicionado | 14 |
| Notas explicativas às informações financeiras | 15 |



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Pelotas - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja a Notas 3.p e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

| Principais assuntos de auditoria | Como nossa auditoria conduziu esse assunto |
|--|--|
| <p>A Companhia possui impostos diferidos ativos provenientes de diferenças temporárias dedutíveis e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social cujo registro contábil foi efetuado considerando um estudo elaborado pela Companhia sobre o montante provável de lucros tributáveis que estarão disponíveis no futuro para a realização do imposto diferido ativo.</p> <p>A determinação dos lucros tributáveis futuros requer o uso de estimativas e de julgamento significativos, a qual envolveu premissas e julgamentos críticos na determinação dos lucros tributáveis futuros, que incluem (i) crescimento da receita (incluindo participação de mercado e crescimento de volume), (ii) margens operacionais, (iii) taxas de desconto e (iv) expectativa de uso futuro dos ativos imobilizados e de continuidade e viabilidade econômica dos projetos de desenvolvimento de tecnologias.</p> | <p>Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– Obtenção do entendimento dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros ou outras evidências suficientes para propiciar a recuperação pela Companhia do imposto de renda e da contribuição social diferidos.– Análise, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade e consistência da documentação suporte e das principais premissas utilizadas pela Companhia nas projeções dos lucros tributáveis futuros, comparando com dados obtidos de fontes externas; bem como a avaliação da consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração.– Avaliação, com o apoio de nossos especialistas da área tributária, das bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e com o apoio de nossos especialistas em finanças corporativas, o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos.– Avaliação se as projeções da Companhia indicavam a existência de lucros tributáveis futuros suficientes, bem a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p> |

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos imobilizado e intangível relacionados a tecnologia industrial

Veja as Notas 3.g, 3.h, 12 e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

| Principais assuntos de auditoria | Como nossa auditoria conduziu esse assunto |
|---|--|
| <p>A Companhia possui edificações, máquinas e equipamentos utilizados no processo produtivo e realiza desembolsos significativos no desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas aos seus produtos com expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, resultando em saldos significativos de ativos imobilizado e intangíveis relacionados com tecnologia industrial em 31 de dezembro de 2017.</p> <p>A Companhia avaliou a existência de indicadores de perda ao valor recuperável desses ativos e efetuou a avaliação de <i>impairment</i> desses ativos, a qual envolveu premissas e julgamentos críticos na determinação do seu valor em uso, que incluem (i) crescimento da receita (incluindo participação de mercado e crescimento de volume), (ii) margens operacionais, (iii) taxas de desconto e (iv) expectativa de uso futuro dos ativos imobilizados e de continuidade e viabilidade econômica dos projetos de desenvolvimento de tecnologias.</p> <p>Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de fluxo de caixa descontados, que podem impactar significativamente o montante dos ativos imobilizado e intangível reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p> | <p>Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Análise do modelo utilizado pela Companhia e sua controlada para determinar a unidade geradora de caixa; – Análise, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade dos pressupostos utilizados para a determinação das taxas de desconto e recálculo dessas taxas; – Análise, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, dos fluxos de caixa projetados futuros utilizados nos modelos com vista a determinar se são razoáveis em relação ao cenário econômico atual, aos mercados em que a Companhia atua, às projeções futuras sobre o desempenho de tais mercados e às projeções de desempenho operacional da Companhia; – Ainda com o auxílio de nossos especialistas de finanças corporativas, análise de sensibilidade das principais premissas utilizadas nos cálculos; – Comparação dos pressupostos relativos às taxas de crescimento de receita e margens operacionais com o desempenho histórico e com evidências internas e externas sobre a demanda futura pelos produtos da Companhia; – Avaliação da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. <p>No decorrer da nossa auditoria, identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação dos ativos intangíveis, os quais foram registrados pela Companhia. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, os valores do ativo imobilizado e dos ativos intangíveis relacionados a tecnologia industrial, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p> |

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e/ou sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 29 de maio de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7



Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | Controladora | | Consolidado | | Passivo | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|------|----------------|----------------|----------------|----------------|---|------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 | | | 31/12/2017 | 31/12/2016 | | |
| Circulante | | | | | | Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 260 | 1.670 | 262 | 1.895 | Fornecedores | 14 | 10.840 | 4.674 | 10.840 | 4.684 |
| Aplicações financeiras | 6 | 15 | 1.052 | 24 | 1.054 | Empréstimos e financiamentos | 16 | 21.879 | 28.735 | 21.943 | 28.735 |
| Contas a receber de clientes | 7 | 23.523 | 23.824 | 23.523 | 23.824 | Duplicatas descontadas | 16 | 8.998 | 2.816 | 8.998 | 2.816 |
| Impostos a recuperar | 10 | 7.036 | 7.790 | 7.071 | 7.830 | Instrumentos financeiros derivativos | 24 | - | 10 | - | 10 |
| Estoques | 8 | 26.302 | 24.046 | 26.302 | 24.046 | Obrigações sociais e trabalhistas | 17 | 4.086 | 4.998 | 4.095 | 5.013 |
| Adiantamentos a fornecedores | 9 | 10.412 | 9.978 | 10.435 | 9.979 | Obrigações fiscais e tributárias | | 2.391 | 1.844 | 2.400 | 1.847 |
| Outros créditos | | 871 | 561 | 883 | 570 | Adiantamentos de clientes | | 1.208 | 286 | 1.208 | 286 |
| | | | | | | Outras contas a pagar | | - | 395 | - | 395 |
| | | 68.419 | 68.921 | 68.500 | 69.198 | | | 49.402 | 43.758 | 49.484 | 43.786 |
| Não circulante | | | | | | Não circulante | | | | | |
| Impostos a recuperar | 10 | 6.757 | 6.321 | 6.757 | 6.321 | Empréstimos e financiamentos | 16 | 33.246 | 27.838 | 33.246 | 27.838 |
| Impostos diferidos, líquido | 18 | 11.817 | 6.397 | 11.966 | 6.397 | Obrigações sociais e trabalhistas | 17 | 3.969 | - | 3.969 | - |
| Aplicações financeiras retidas | 6 | 1.502 | 1.511 | 1.502 | 1.511 | ICMS diferido a recolher | 27 | 10.360 | 11.064 | 10.360 | 11.064 |
| Outros créditos | | 822 | 186 | 245 | 186 | Provisão para riscos civeis, trabalhistas e tributários | 19 | 2.247 | 455 | 2.247 | 455 |
| | | | | | | Outras contas a pagar | | 673 | 721 | 671 | 721 |
| | | 20.898 | 14.415 | 20.470 | 14.415 | | | 50.495 | 40.078 | 50.493 | 40.078 |
| Investimento em controlada | 11 | 1.438 | 1.630 | - | - | Patrimônio líquido | | | | | |
| Imobilizado | 12 | 64.336 | 61.736 | 64.361 | 61.779 | Capital social | 20 | 68.436 | 68.436 | 68.436 | 68.436 |
| Intangível | 13 | 20.995 | 20.507 | 23.788 | 22.894 | Reserva de lucros / Prejuízos acumulados | | - | 6.136 | - | 6.136 |
| | | | | | | Reserva de subvenção para investimentos | | 7.426 | 7.727 | 7.426 | 7.727 |
| | | 107.667 | 98.288 | 108.619 | 99.088 | Ajuste de avaliação patrimonial | | 327 | 1.074 | 327 | 1.074 |
| | | | | | | Patrimônio líquido atribuível aos controladores | | 76.189 | 83.373 | 76.189 | 83.373 |
| | | | | | | Participação de não-controladores | | - | - | 953 | 1.049 |
| | | | | | | Total do patrimônio líquido | | 76.189 | 83.373 | 77.142 | 84.422 |
| Total do ativo | | 176.086 | 167.209 | 177.119 | 168.286 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 176.086 | 167.209 | 177.119 | 168.286 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

| Nota | Controladora | | Consolidado | | |
|---|--------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 | |
| Receita operacional líquida | 21 | 88.430 | 83.714 | 88.430 | 85.529 |
| Custos dos produtos vendidos | 22 | <u>(51.957)</u> | <u>(53.665)</u> | <u>(51.957)</u> | <u>(55.273)</u> |
| Lucro bruto | | 36.473 | 30.049 | 36.473 | 30.256 |
| Despesas gerais e administrativas | 22 | (14.784) | (13.276) | (15.162) | (13.899) |
| Despesas com vendas | 22 | (25.712) | (18.519) | (25.712) | (18.791) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 24 | 4.238 | 8.390 | 4.238 | 8.390 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11 | <u>(192)</u> | <u>(521)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Lucro (prejuízo) operacional | | 23 | 6.123 | (163) | 5.956 |
| Despesas financeiras | 23 | (13.082) | (11.679) | (13.159) | (11.815) |
| Receitas financeiras | 23 | <u>456</u> | <u>1.064</u> | <u>474</u> | <u>1.109</u> |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | | (12.603) | (4.492) | (12.848) | (4.750) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 18 | <u>5.419</u> | <u>4.070</u> | <u>5.568</u> | <u>4.200</u> |
| Prejuízo do exercício | | <u>(7.184)</u> | <u>(422)</u> | <u>(7.280)</u> | <u>(550)</u> |
| Atribuível a: | | | | | |
| Acionistas controladores | | (7.184) | (422) | (7.184) | (422) |
| Acionistas não-controladores | | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(96)</u> | <u>(128)</u> |
| Resultado por ação (básico e diluído) | 29 | <u>(2,86)</u> | <u>(0,17)</u> | <u>(2,90)</u> | <u>(0,22)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

| | Controladora 31/12/2017 | Controladora 31/12/2016 | Consolidado 31/12/2017 | Consolidado 31/12/2016 |
|---|----------------------------|----------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Prejuízo do exercício | <u>(7.184)</u> | <u>(422)</u> | <u>(7.280)</u> | <u>(550)</u> |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | <u><u>(7.184)</u></u> | <u><u>(422)</u></u> | <u><u>(7.280)</u></u> | <u><u>(550)</u></u> |
| Resultado atribuível a acionistas controladores | (7.184) | (422) | (7.184) | (422) |
| Resultado atribuível a acionistas não controladores | - | - | (96) | (128) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

| | Capital Social | Reserva de Lucros | | | | Reserva subvenção p/ investimentos | Ajuste de avaliação patrimonial | Lucro ou (Prejuízos) acumulados | Total Patrimônio Líquido controladores | Participação dos não controladores | Total |
|---|----------------|--------------------|-----------------------|---------------|--------------|------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|--|------------------------------------|-------|
| | Integralizado | Retenção de lucros | Reserva investimentos | Reserva legal | | | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | 68.436 | 11.635 | 953 | 985 | - | 1.786 | - | 83.795 | 1.177 | 84.972 | |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | - | - | (422) | (422) | (128) | (550) | |
| (-) Realização do custo atribuído | - | - | - | - | - | (1.079) | 1.079 | - | - | - | |
| Realização dos impostos diferidos sobre o custo atribuído | - | - | - | - | - | 367 | (367) | - | - | - | |
| Constituição de reserva de subvenção | - | - | - | - | 7.727 | - | (7.727) | - | - | - | |
| Absorção de prejuízo | - | (7.437) | - | - | - | - | 7.437 | - | - | - | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 68.436 | 4.198 | 953 | 985 | 7.727 | 1.074 | - | 83.373 | 1.049 | 84.422 | |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | - | - | (7.184) | (7.184) | (96) | (7.280) | |
| (-) Realização do custo atribuído | - | - | - | - | - | (1.132) | 1.132 | - | - | - | |
| Realização dos impostos diferidos sobre o custo atribuído | - | - | - | - | - | 385 | (385) | - | - | - | |
| Constituição de reserva de subvenção | - | - | - | - | 5.038 | - | (5.038) | - | - | - | |
| Absorção de prejuízo | - | (4.198) | (953) | (985) | (5.339) | - | 11.475 | - | - | - | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 68.436 | - | - | - | 7.426 | 327 | - | 76.189 | 953 | 77.142 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Prejuízo do exercício | (7.184) | (422) | (7.280) | (550) |
| Ajustes por: | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial e outros ajustes | 192 | 521 | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | (5.419) | (4.070) | (5.568) | (4.200) |
| Provisões | 3.475 | (808) | 3.475 | - |
| Apuração de baixas no imobilizado | 81 | 4.409 | 81 | 4.410 |
| Depreciação, amortização e redução ao valor recuperável | 11.624 | 8.388 | 11.642 | 8.412 |
| Despesas de juros e variações apropriados | 10.660 | 10.132 | 10.728 | 10.243 |
| (Aumento) redução nos ativos | | | | |
| Em aplicações financeiras | 1.046 | - | 1.039 | - |
| Em contas a receber | (1.053) | (5.647) | (1.053) | (4.539) |
| Em estoques | (2.585) | 1.698 | (2.585) | 2.773 |
| Em impostos a recuperar | 318 | (3.649) | 323 | (2.371) |
| Em adiantamento a fornecedores | 5.939 | 1.469 | 5.917 | 1.474 |
| Em outros créditos | (946) | 1.280 | (372) | (1.431) |
| (Redução) aumento nos passivos | | | | |
| Em fornecedores | 6.166 | 1.468 | 6.156 | 1.161 |
| Em adiantamento de clientes | 922 | (1.714) | 922 | (1.714) |
| Em obrigações fiscais, tributárias e subvenções governamentais | (157) | 1.707 | (151) | 1.643 |
| Em obrigações sociais e trabalhistas | 3.057 | 2.222 | 3.051 | 2.137 |
| Em outras contas a pagar | 5.728 | 1.932 | 5.726 | 1.962 |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 31.864 | 18.916 | 32.051 | 19.410 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | | |
| Aplicações financeiras vinculadas | - | 1.500 | - | 1.500 |
| Aquisição de ativo imobilizado | (16.790) | (13.644) | (16.790) | (13.650) |
| Aquisição de intangível | (4.376) | (4.191) | (4.782) | (5.003) |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimento | (21.166) | (16.335) | (21.572) | (17.153) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 960 | 9.912 | 960 | 9.912 |
| Amortização de empréstimos e financiamentos - Principal* | (7.093) | (8.197) | (7.093) | (8.207) |
| Amortização de empréstimos e financiamentos - Juros* | (5.975) | (3.766) | (5.979) | (3.771) |
| Caixa líquido usado nas atividades de financiamento | (12.108) | (2.051) | (12.112) | (2.066) |
| Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa | (1.410) | 530 | (1.633) | 191 |
| Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa | | | | |
| No início do exercício | 1.670 | 1.140 | 1.895 | 1.704 |
| No fim do exercício | 260 | 1.670 | 262 | 1.895 |
| | (1.410) | 530 | (1.633) | 191 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

* A Companhia adota como política a apresentação de juros sobre empréstimos para fins de demonstração do fluxo de caixa nas atividades de financiamento.

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Receitas | | | | |
| Vendas de produtos e serviços | 109.170 | 104.352 | 109.170 | 106.181 |
| Outras receitas | 114 | 3.273 | 114 | 3.431 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | (1.354) | - | (1.354) | - |
| Receitas relativas à construção de ativos próprios | 9.514 | 11.396 | 9.514 | 13.289 |
| | 117.444 | 119.021 | 117.444 | 122.901 |
| Insumos adquiridos de terceiros | | | | |
| Custos dos produtos e serviços | (38.571) | (38.811) | (38.571) | (40.437) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outras desp. operacionais | (6.551) | (7.620) | (6.551) | (7.686) |
| Perda / recuperação de valores ativos | (3.344) | - | (3.344) | - |
| | (48.466) | (46.431) | (48.466) | (48.123) |
| Valor adicional bruto gerado | 68.978 | 72.590 | 68.978 | 74.778 |
| Retenções | | | | |
| Depreciação e amortização | (8.609) | (6.494) | (8.627) | (8.412) |
| Valor líquido adicionado | 60.369 | 66.096 | 60.351 | 66.366 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | | |
| Receitas financeiras | 456 | 1.064 | 474 | 1.109 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (192) | (521) | - | - |
| | 264 | 543 | 474 | 1.109 |
| Valor total adicionado a distribuir | 60.633 | 66.639 | 60.825 | 67.475 |
| Distribuição do valor adicionado | 60.633 | 66.639 | 60.825 | 67.475 |
| Empregados | 28.321 | 26.957 | 28.398 | 27.276 |
| Remuneração direta | 21.010 | 22.677 | 21.044 | 22.951 |
| Benefícios | 5.529 | 2.799 | 5.564 | 2.824 |
| FGTS | 1.782 | 1.481 | 1.790 | 1.501 |
| Impostos, taxas e contribuições | 18.076 | 13.800 | 18.089 | 14.108 |
| Federais | 9.067 | 5.751 | 9.079 | 5.986 |
| Estaduais | 8.840 | 7.933 | 8.840 | 8.004 |
| Municipais | 169 | 116 | 170 | 118 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 21.420 | 26.304 | 21.618 | 26.641 |
| Juros | 13.078 | 11.669 | 13.154 | 11.806 |
| Aluguéis | 650 | 988 | 708 | 1.064 |
| Outras | 7.692 | 13.647 | 7.756 | 13.771 |
| Prejuízo do exercício | (7.184) | (422) | (7.280) | (550) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às informações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A., a seguir denominada como “Companhia”, “controladora” ou “Lifemed” e sua controlada (conjuntamente referidas como “a Companhia”), sediada em Pelotas no Rio Grande do Sul, tem como objeto social a produção e comercialização de produtos, equipamentos e saneantes domissanitários da área médico e hospitalar com 100% das vendas realizadas atualmente no mercado interno, disseminadas em todo o território nacional. Seus principais clientes são órgãos de saúde pública e entidades de saúde privadas.

A Companhia atua no segmento de infusão, monitoração, paramentação cirúrgica, esterilização e serviços de manutenção hospitalar.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lifemed foram preparadas no pressuposto da continuidade de suas operações. A administração da Lifemed entende que a Companhia tem tomado importantes medidas com o intuito de fortalecer a rentabilidade da Companhia e a geração de fluxo de caixa, de forma a cumprir com as obrigações financeiras (nota explicativa 16) de curto prazo. Entre as medidas tomadas, temos a destacar:

- Em outubro de 2017, a Companhia efetuou operação alongando dívida com o banco Santander, postergando o pagamento de R\$ 10.000 de principal para 60 meses e o restante, R\$ 12.500, até o final de 2018, com acordo para substituição de parte deste financiamento, por financiamento na modalidade de FINEP, com prazo de pagamento em 10 anos.
- Em 15 de março de 2018 foi deliberado pelos acionistas em AGE o aumento do capital social da Companhia em R\$ 5.000, com fundamento no art. 170 da Lei nº 6.404/76, mediante a emissão de 65.061 (sessenta e cinco mil e sessenta e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações a serem emitidas serão subscritas e integralizadas pelo acionista Fundo BBI Financial I - Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes Inovadoras, em moeda corrente do país. As acionistas Lifemed Administração e Participações Ltda., Lifemed Capital Participações Ltda., Kumla SP Participações S.A. e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR renunciaram expressamente ao direito de preferência na subscrição das novas ações no âmbito do aumento de capital aprovado./

a. Controlada

Percentual de participação

| | <u>31/12/2017</u> | |
|-------------------------|-------------------|---------------|
| | País | Direta |
| Signove Tecnologia S.A. | Brasil | 66,66% |

2 Base de apresentação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de maio de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, mensurados pelo valor justo e dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Custo atribuído do ativo imobilizado em 1º janeiro de 2009; e
- Ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos e informações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações referentes aos julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7** - Contas a receber de clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa)
- **Nota explicativa 8** - Estoques (provisão para perdas com estoques)

- **Nota explicativa 12** - Imobilizado (taxas de depreciação e recuperabilidade - *impairment*)
- **Nota explicativa 13** - Intangível (taxas de amortização e recuperabilidade - *impairment*)
- **Nota explicativa 18** - Impostos diferidos (recuperabilidade)
- **Nota explicativa 19** - Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

d. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio do resultado.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia e sua controlada classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de taxas de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações no valor justo são registradas no resultado.

e. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos produtos acabados e produtos em processo, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

h. Ativos intangíveis

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O prazo de amortização destes ativos é determinado pela sua vida útil conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

i. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva

indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

j. Ativos não financeiros (redução ao valor recuperável)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Administração da Companhia identificou evidências que justificam a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2017, conforme evidenciado nas notas explicativas 12 e 13.

k. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até doze meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

l. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

m. Capital Social

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. Qualquer montante adicional ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido.

n. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro na participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma previsão de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

o. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

p. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido de janeiro até dezembro.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

q. Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

r. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras e variações monetárias positivas sobre ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado do período, através do método dos juros efetivos .

As despesas financeiras abrangem despesas com os juros sobre empréstimos, e variações monetárias sobre passivos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método dos juros efetivos.

s. Subvenções governamentais

A Companhia possui subvenções de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (“ICMS”) para investimentos concedidos pelo governo estadual do Rio Grande do Sul. Esses incentivos fiscais estão diretamente ligados à operação de unidades produtivas, geração de empregos e desenvolvimento social e econômico. Essas subvenções governamentais são

reconhecidas no resultado do exercício como outras receitas em uma base sistemática conforme os critérios para reconhecimento do benefício são atendidos. A parte referente ao diferimento do ICMS a pagar é registrada no passivo não circulante.

t. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

u. Informação por segmento

Um segmento operacional é uma parcela de nossas operações que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com partes relacionadas. Os segmentos operacionais são definidos de acordo como nossa administração avalia o desempenho do negócio e ainda de acordo com a disponibilidade de informações financeiras individualizadas. Nossa administração considera que nossas operações compõem um único segmento operacional identificável, qual seja, o segmento de produtos para saúde destinados aos prestadores de serviços de saúde.

v. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto que para fins de IFRS representam informação financeira adicional.

w. Normas, interpretações e revisões de normas não vigentes

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018), para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada, substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A Companhia não espera ter efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras, pois as receitas provenientes de contratos com clientes já são registradas deduzidas de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares. Nesta data, não foram identificados impactos materiais decorrentes de possível alteração do momento de reconhecimento da receita, dado que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da venda de produtos da Companhia fluem para o cliente no momento da transação

- CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros - esta norma substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

A Companhia realizou uma avaliação inicial sobre os impactos da adoção desta norma e não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras com relação a mensuração dos instrumentos financeiros, a alteração do modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas” exigirá um julgamento sobre como a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Os ativos financeiros da Companhia representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos não tem apresentado aumento no risco de crédito e também não há, em 31/12/2017, expectativa de aumento no risco de crédito que poderia requerer aumento significativo na provisão para perdas esperadas em relação a Provisão para risco de crédito.

Adicionalmente a Companhia não possui operações de hedge em 31 de dezembro de 2017, portanto não gerando impactos com relação a esse assunto.

- IFRS 16 Leases (Arrendamentos) - introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia está realizando uma avaliação dos impactos resultantes da aplicação dessa norma e espera divulgar informações adicionais antes da adoção efetiva.

4 Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das demonstrações financeiras.

5 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional;
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Suas políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de seus recebíveis, de clientes e de outros créditos.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia e sua controlada ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e setor de atuação, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. Geograficamente não há concentração de risco de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. Esta análise é efetuada através de um Comitê de Crédito. As aprovações de créditos são estabelecidas para cada cliente de acordo com a capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e sua controlada e avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os mesmos são agrupados de acordo com suas características de crédito, localização geográfica, tipo de indústria, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores, incluindo se são pessoa física, jurídica ou órgãos públicos.

A Companhia e sua controlada operam basicamente com vendas sob encomenda de clientes finais, firmadas mediante contrato e com pagamentos parciais de acordo com os eventos físicos.

A Companhia e sua controlada estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável e que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos, quando aplicável.

b. *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, ao máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

A Companhia e sua controlada constantemente monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos.

c. *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia e de sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de câmbio

A Companhia atua no mercado externo, referente a aquisição de matéria-prima importada. Os resultados da Companhia e de sua controlada estão suscetíveis a sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados às moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano.

Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, principalmente CDI e TJLP.

d. *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e de sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade pelo o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

e. *Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)*

A política da administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo participações de não controladores.

A administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A administração monitora o capital usando um índice representado pela dívida líquida, dividido pelo patrimônio líquido ajustado. Para este propósito, a dívida líquida é definida como o total dos passivos (incluindo empréstimos e financiamentos e obrigações por arrendamentos mercantis financeiros), menos caixa e equivalentes de caixa.

A dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é apresentada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Total do passivo | 99.897 | 83.836 | 99.977 | 83.864 |
| Caixa e equivalentes de caixa | (260) | (1.670) | (262) | (1.895) |
| Dívida Líquida (A) | 99.637 | 82.166 | 99.715 | 81.969 |
| Total de patrimônio líquido (B) | 76.189 | 83.373 | 77.142 | 84.422 |
| Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro 2017 e 31 de dezembro 2016 (A/B) | 1,31 | 0,98 | 1,29 | 0,97 |

6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|--------------|--------------|-------------|--------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 260 | 1.670 | 262 | 1.895 |
| Aplicações financeiras | 15 | 1.052 | 24 | 1.054 |
| | 275 | 2.722 | 286 | 2.949 |

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições de uso.

As aplicações financeiras correspondem a fundos de investimento nos quais a Companhia detém cotas.

A Companhia possui aplicações financeiras de longo prazo vinculadas a empréstimos e financiamentos que correspondem aos montantes de R\$ 1.502 e R\$ 1.511 em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, na controladora e consolidado. Essas aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários - CDB, remunerados a taxas que variam entre 100% e 101,5% do CDI.

7 Contas a receber de clientes

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Duplicatas a receber | 27.956 | 26.903 | 27.956 | 26.903 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (4.433) | (3.079) | (4.433) | (3.079) |
| | 23.523 | 23.824 | 23.523 | 23.824 |

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| A vencer | 17.222 | 15.507 | 17.222 | 15.507 |
| Vencidas | 11.146 | 11.621 | 11.146 | 11.621 |
| 1 a 30 dias | 2.980 | 3.849 | 2.980 | 3.849 |
| 31 a 60 dias | 1.314 | 1.117 | 1.314 | 1.117 |
| 61 a 90 dias | 464 | 638 | 464 | 638 |
| 91 a 180 dias | 793 | 650 | 793 | 650 |
| 181 a 365 dias | 686 | 886 | 686 | 886 |
| Mais de 365 dias | 4.909 | 4.481 | 4.909 | 4.481 |
| Depósitos a classificar | (412) | (225) | (412) | (225) |
| Total | 27.956 | 26.903 | 27.956 | 26.903 |

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação global dos atrasos, em especial nas duplicatas em atraso acima de 180 dias, ajustada pela análise individual dos clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Administração do mercado de atuação da Companhia, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Saldo inicial do período | 3.079 | 3.079 | 3.079 | 3.079 |
| Constituição | 1.354 | - | 1.354 | - |
| Reversão | - | - | - | - |
| Baixa | - | - | - | - |
| Saldo final do período | 4.433 | 3.079 | 4.433 | 3.079 |

A despesa com a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “despesas de vendas” na demonstração do resultado do exercício.

8 Estoques

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Matérias-primas | 12.061 | 9.826 | 12.061 | 9.826 |
| Produtos em processo | - | 395 | - | 395 |
| Produtos acabados | 14.153 | 13.804 | 14.153 | 13.804 |
| Mercadorias para revenda | 88 | 21 | 88 | 21 |
| | 26.302 | 24.046 | 26.302 | 24.046 |

A Companhia constituiu no exercício de 2017 uma provisão para perdas com estoques no montante de R\$ 329, tendo por base o menor valor entre o valor de custo e o valor recuperável. A despesa com a constituição da provisão para perda dos estoques foi registrada na rubrica “custo dos produtos vendidos” na demonstração do resultado do exercício.

9 Adiantamento a fornecedores

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Fornecedores no exterior | 7.987 | 7.861 | 7.987 | 7.861 |
| Fornecedores nacionais | 1.211 | 1.585 | 1.234 | 1.585 |
| Outros créditos | 1.214 | 532 | 1.214 | 533 |
| | 10.412 | 9.978 | 10.435 | 9.979 |

10 Impostos e contribuições a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Ativo circulante | | | | |
| Imposto Produtos Industrializados (IPI) | 1.544 | 1.378 | 1.544 | 1.378 |
| Imposto sobre Circulação - ICMS | 2.207 | 1.922 | 2.208 | 1.922 |
| Contribuição - COFINS | 1.416 | 2.484 | 1.423 | 2.491 |
| Programa de Integração Social (PIS) | 305 | 525 | 305 | 525 |
| Imposto de Renda (IRRF) | 1.241 | 1.190 | 1.268 | 1.223 |
| Contribuição Social (CSLL) | 323 | 291 | 323 | 291 |
| | 7.036 | 7.790 | 7.071 | 7.830 |
| Ativo não circulante | | | | |
| Desenvolver Pelotas | 2.610 | 2.610 | 2.610 | 2.610 |
| Contribuição - COFINS | 3.424 | 3.065 | 3.424 | 3.065 |
| Programa de Integração Social (PIS) | 723 | 646 | 723 | 646 |
| | 6.757 | 6.321 | 6.757 | 6.321 |
| | 13.793 | 14.111 | 13.828 | 14.151 |

11 Investimento em controlada

a. Composição

| Empresa | Tipo | Part % | Patrimônio líquido em 31/12/2017 | Ajustes Valor justo* | Investimento | Ações ordinárias/quotas |
|-------------------------|------------|--------|----------------------------------|----------------------|--------------|-------------------------|
| Signove Tecnologia S.A. | Controlada | 66,66% | 2.858 | (457) | 1.438 | 399.900 |

b. Movimentação

| | Vida | Signove | Total |
|---|--------------|--------------|--------------|
| Investimento em controlada em 1º de janeiro de 2016 | 1.192 | 1.897 | 3.089 |
| Provisão perda de investimento em controlada em 1º de janeiro de 2016 | (808) | - | (808) |
| Resultado de equivalência patrimonial | (254) | (267) | (521) |
| Acervo líquido incorporado (Nota explicativa 28) | 1.062 | - | 1.062 |
| Total | 1.192 | 1.630 | 2.822 |
| Transferência para o ativo intangível por incorporação* | (1.192) | - | (1.192) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | - | 1.630 | 1.630 |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | (192) | (192) |
| Outros ajustes reconhecidos no resultado de equivalência patrimonial | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | - | 1.438 | 1.438 |

(*) As movimentações relacionadas à aquisição e incorporação de controladas estão descritas na nota explicativa 28.

c. Principais informações da controlada Signove Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2017

| | 31/12/2017 |
|---------------------|------------|
| Total ativo | 3.449 |
| Total passivo | 591 |
| Patrimônio líquido | 2.858 |
| Prejuízo do período | (288) |

12 Imobilizado

Controladora

| | Vida útil em anos | Custo | Depreciação acumulada / Impairment | 31/12/2017 Líquido | 31/12/2016 Líquido |
|------------------------------------|----------------------|----------------|--|-----------------------|-----------------------|
| Equipamentos de fabricação própria | 10 | 82.251 | (51.690) | 30.561 | 26.912 |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 13.350 | (9.237) | 4.113 | 4.510 |
| Veículos | 5 | 890 | (632) | 258 | 278 |
| Equipamento de informática | 5 | 2.046 | (1.769) | 277 | 498 |
| Móveis e utensílios | 10 | 1.680 | (1.246) | 434 | 483 |
| Instalações | 10 | 1.008 | (399) | 609 | 660 |
| Benfeitorias em bens locados | 5 | 1.995 | (1.824) | 171 | 445 |
| Imobilizado em andamento | - | 3.271 | (428) | 2.843 | 2.179 |
| Terrenos | - | 569 | - | 569 | 569 |
| Obras Cíveis | 40 | 28.694 | (4.193) | 24.501 | 25.202 |
| | | <u>135.754</u> | <u>(71.418)</u> | <u>64.336</u> | <u>61.736</u> |

- a. A conta de imobilizado em andamento tem por finalidade registrar todos os investimentos em ativo fixo da Companhia, os quais possuem controle individual por projeto, por localidade e tipo de investimento. Quando os projetos entram em produção ou quando são postos em serviço, estes são transferidos para as suas respectivas contas definitivas para o início da depreciação.
- b. A Administração efetuou análise dos imobilizados em andamento e reconheceu uma perda de R\$ 428 mil relativo a construção de um novo prédio fabril, projeto que atualmente encontra-se suspenso. Com isso, foi registrado no exercício de 2017 uma perda por *impairment*, esta perda foi registrada na demonstração de resultados na rubrica “Depreciação e Amortização”. No quadro acima esta perda por *impairment* está registrada na coluna de “Depreciação acumulada”.
- c. Não foram identificados valores relevantes de ativo imobilizado nas empresas controladas incluídas no processo de consolidação.

A movimentação do custo do imobilizado, até 31 de dezembro de 2017, está demonstrada no quadro abaixo:

| | 31/12/2016 | | 31/12/2017 | | |
|-----------------------------------|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| | Custo | Adições | Baixas | Transferências | Total |
| Equipamento de fabricação própria | 73.473 | 6.589 | (413) | 2.602 | 82.251 |
| Máquinas e equipamentos | 12.944 | 57 | (19) | 368 | 13.350 |
| Veículos | 816 | - | - | 74 | 890 |
| Equipamento de informática | 2.168 | 12 | (166) | 32 | 2.046 |
| Móveis e utensílios | 1.619 | 19 | - | 42 | 1.680 |
| Instalações | 984 | 14 | - | 10 | 1.008 |
| Benfeitorias em bens locados | 1.988 | - | - | 7 | 1.995 |
| Obras em andamento | 2.179 | 4.768 | (486) | (3.190) | 3.271 |
| Terrenos | 569 | - | - | - | 569 |
| Obras Cíveis | 28.678 | 10 | - | 6 | 28.694 |
| | <u>125.418</u> | <u>11.469</u> | <u>(1.084)</u> | <u>(49)</u> | <u>135.754</u> |

**Lifemed Industrial de Equipamentos e
Artigos Médicos e Hospitalares S.A.**
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017

| | 31/12/2015 | | | 31/12/2016 | | |
|-----------------------------------|----------------|---------------|-------------|----------------|----------------|----------------|
| | Custo | Adições | Incorporada | Baixas | Transferências | Custo |
| Equipamento de fabricação própria | 68.002 | 3.696 | - | (6.508) | 8.283 | 73.473 |
| Máquinas e equipamentos | 11.118 | 1.413 | - | (162) | 575 | 12.944 |
| Veículos | 872 | 47 | - | (277) | 174 | 816 |
| Equipamento de informática | 2.050 | 110 | - | (46) | 54 | 2.168 |
| Móveis e utensílios | 1.486 | 54 | - | (35) | 114 | 1.619 |
| Instalações | 405 | 86 | - | (70) | 563 | 984 |
| Benfeitorias em bens locados | 1.968 | 1 | - | (46) | 65 | 1.988 |
| Obras em andamento | 6.987 | 8.237 | 9 | (11) | (13.043) | 2.179 |
| Terrenos | 569 | - | - | - | - | 569 |
| Obras Civis | 25.463 | - | - | - | 3.215 | 28.678 |
| | <u>118.919</u> | <u>13.644</u> | <u>9</u> | <u>(7.155)</u> | <u>-</u> | <u>125.418</u> |

A movimentação da depreciação do imobilizado, até 31 de dezembro de 2017, está demonstrada no quadro abaixo:

| | 31/12/2016 | 31/12/2017 | | Depreciação acumulada |
|-----------------------------------|-----------------------|--------------|-----------------------------|-----------------------|
| | Depreciação acumulada | Adições | Transferências / Impairment | |
| Equipamento de fabricação própria | 46.560 | 5.130 | - | 51.690 |
| Máquinas e equipamentos | 8.434 | 803 | - | 9.237 |
| Veículos | 539 | 93 | - | 632 |
| Equipamento de informática | 1.670 | 459 | (360) | 1.769 |
| Móveis e utensílios | 1.136 | 110 | - | 1.246 |
| Instalações | 324 | 75 | - | 399 |
| Benfeitorias em bens locados | 1.543 | 281 | - | 1.824 |
| Obras Civis | 3.476 | 717 | - | 4.193 |
| Imobilizado em andamento | - | - | 428 | 428 |
| | <u>63.682</u> | <u>7.668</u> | <u>68</u> | <u>71.418</u> |

A rubrica “imobilizado em andamento”, na coluna de adições de depreciação, inclui o valor de R\$ 428 mil relacionado com perdas por *impairment*, conforme já mencionado em parágrafo anterior desta nota explicativa. O montante de R\$ 360 relativo a equipamentos de informática foi transferido para o ativo intangível.

| | 31/12/2015 | | | 31/12/2016 | |
|-----------------------------------|---------------|--------------|----------------|----------------|---------------|
| | Depreciação | Adições | Baixas | Transferências | Depreciação |
| Equipamento de fabricação própria | 41.439 | 5.008 | (1.586) | 1.700 | 46.561 |
| Máquinas e equipamentos | 9.714 | 1.098 | (678) | (1.700) | 8.434 |
| Veículos | 732 | 69 | (263) | - | 538 |
| Equipamento de informática | 1.524 | 180 | (34) | - | 1.670 |
| Móveis e utensílios | 1.061 | 102 | (27) | - | 1.136 |
| Instalações | 334 | 23 | (33) | - | 324 |
| Benfeitorias em bens locados | 1.139 | 416 | (12) | - | 1.543 |
| Obras Civis | 2.917 | 672 | (113) | - | 3.476 |
| | <u>58.860</u> | <u>7.568</u> | <u>(2.746)</u> | <u>-</u> | <u>63.682</u> |

Os ativos do imobilizados no balanço patrimonial consolidado tem a seguinte composição:

| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|---------------------------------|------------|------------|
| Total Imobilizado na controlada | 64.336 | 61.736 |
| Maquinas e equipamentos | 7 | 9 |
| Equipamentos de informática | 5 | 15 |
| Instalações | 6 | 8 |
| Móveis e Utensílios | 7 | 11 |
| | 64.361 | 61.779 |

13 Intangível

Controladora

| | Taxa Amort % a.a. | Custo | Amortização acumulada | 31/12/2017 Líquido | 31/12/2016 Líquido |
|----------------------------|----------------------|--------|--------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Direito de uso de software | 20 | 1.883 | (1.670) | 213 | 111 |
| Tecnologia industrial | 25 | 28.009 | (7.615) | 20.394 | 20.142 |
| Marcas e Patentes | 10 | 13 | - | 13 | 11 |
| Outros ativos intangíveis | - | 394 | (19) | 375 | 243 |
| | | 30.299 | (9.304) | 20.995 | 20.507 |

A movimentação do custo do intangível, até 31 de dezembro de 2017, está demonstrada no quadro abaixo:

| | 31/12/2016 | | 31/12/2017 | | |
|----------------------------|------------|---------|----------------|--------|--------|
| | Custo | Adições | Transferências | Baixas | Custo |
| Direito de uso de software | 1.176 | 152 | 555 | - | 1.883 |
| Tecnologia industrial | 24.475 | 512 | 3.022 | - | 28.009 |
| Marcas e patentes | 11 | - | 2 | - | 13 |
| Outros ativos intangíveis | 261 | 3.157 | (3.024) | - | 394 |
| | 25.923 | 3.821 | 555 | - | 30.299 |

| | 31/12/2015 | | 31/12/2016 | | | |
|----------------------------|------------|---------|---|--------|----------------|--------|
| | Custo | Adições | Incorporado/ Transferido de investimentos | Baixas | Transferências | Custo |
| Direito de uso de software | 1.140 | 36 | - | - | - | 1.176 |
| Tecnologia industrial | 18.494 | - | 1.192 | - | 4.789 | 24.475 |
| Marcas e patentes | 6 | 5 | - | - | - | 11 |
| Outros ativos intangíveis | 900 | 4.142 | 8 | - | (4.789) | 261 |
| | 20.540 | 4.184 | 1.200 | - | - | 25.923 |

A movimentação da amortização do intangível, até 31 de dezembro de 2017, está demonstrada no quadro abaixo:

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2017</u> | | | |
|----------------------------|------------------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|------------------------------|
| | Amortização acumulada | Adições | Impairment | Transferências | Amortização Acumulada |
| Direito de uso de software | 1.065 | 245 | - | 360 | 1.670 |
| Tecnologia industrial | 4.333 | 695 | 2.587 | - | 7.615 |
| Outros bens | 18 | 1 | - | - | 19 |
| | <u>5.416</u> | <u>941</u> | <u>2.587</u> | <u>360</u> | <u>9.304</u> |

Ativos intangíveis relacionados à tecnologia industrial estão substancialmente representados por desenvolvimento de novos produtos para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de concluir os projetos e colocar os produtos no mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração avaliou a viabilidade de conclusão dos projetos e a existência de indicadores de que algum projeto possa ter sofrido perdas no valor recuperável. Durante essa avaliação foi identificado um investimento, cujo conjunto de ativos prevêem uma geração de fluxos de caixa inferior ao seu valor contábil. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2017, foi registrada uma perda por *impairment* neste investimento de R\$ 2.587, a qual foi registrada na demonstração de resultados na rubrica “Depreciação e amortização”. No quadro acima está registrada na coluna de “Impairment”.

| | <u>31/12/2015</u> | <u>31/12/2016</u> | | |
|----------------------------|--------------------|-------------------|---------------|--------------------|
| | Amortização | Adições | Baixas | Amortização |
| Direito de uso de software | 1.056 | 9 | - | 1.065 |
| Tecnologia industrial | 3.522 | 811 | - | 4.333 |
| Outros bens | 18 | - | - | 18 |
| | <u>4.597</u> | <u>820</u> | <u>-</u> | <u>5.416</u> |

Ativos intangíveis no balanço patrimonial consolidado tem a seguinte composição:

| | <u>31/12/2017</u> | <u>31/12/2016</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Total do ativo intangível na controladora | 20.995 | 20.507 |
| Desenvolvimento de software - Signove | <u>2.793</u> | <u>2.387</u> |
| | <u>23.788</u> | <u>22.894</u> |

A Companhia, no ano de 2015, adquiriu o software em desenvolvimento para a implantação de novo produto no mercado por meio da aquisição do controle da empresa Signove Tecnologia S.A.

O valor em uso da Companhia foi determinado por meio de fluxos de caixa descontados. Os valores justos apurados refletem as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

| Inputs significativos não observáveis | Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor em uso |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Previsão da taxa de crescimento anual da receita; e • Taxa de desconto ajustada ao risco. | <p>O valor em uso estimado poderia aumentar (diminuir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a taxa de crescimento anual da receita fosse maior (menor); ou • a taxa de desconto ajustada ao risco fosse menor (maior). |

O período de projeção dos fluxos de caixa para o cálculo do valor justo do ativo financeiro foi de dez anos. As premissas utilizadas para determinar o valor em uso pelo método do fluxo de caixa descontado elaborado em reais incluem:

| | 2017 | 2016 |
|---|-------------|-------------|
| Crescimento médio anual da receita | 13,52% | 11,47% |
| Taxas de desconto antes do imposto de renda | 14,14% | 13,98% |
| Crescimento na perpetuidade | 4,70% | 4,40% |

14 Fornecedores

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Cartão BNDES | - | 98 | - | 98 |
| Fornecedores nacionais | 6.545 | 3.062 | 6.545 | 3.072 |
| Fornecedores estrangeiros | 4.295 | 1.514 | 4.295 | 1.514 |
| | 10.840 | 4.674 | 10.840 | 4.684 |

15 Partes relacionadas

Os principais saldos do passivo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com acionistas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Transações com acionistas

| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Financiamento - BNDES (a) | 534 | 4.428 |
| | 534 | 4.428 |

(a) Refere-se aos empréstimos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e classificado em passivo circulante e não circulante, conforme demonstrado abaixo:

| | Modalidade | Garantia | Encargos | Mês de Vcto. | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|-------------------------|-------------------|------------------|-----------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| BNDES Profarma Produção | Investimento | Bens Imobilizado | TJLP + 1% a.a. | jan/18 | 224 | 2.876 |
| BNDES Profarma Inov. | Investimento | Bens Imobilizado | 3,5% a.a. | mar/18 | 310 | 1.552 |
| Total do BNDES | | | | | 534 | 4.428 |

Transações com outras partes relacionadas

| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|----------------------------|------------|------------|
| Signove - Contas a receber | 581 | - |
| | 581 | - |

As contas a receber com a Signove foram eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração é composta por diretores e conselheiros da Companhia.

| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|-------------------|------------|------------|
| Salários | 2.037 | 2.570 |
| Encargos | 76 | 39 |
| Outros benefícios | 265 | 259 |
| | 2.378 | 2.868 |

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração.

16 Empréstimos e financiamentos

| | | | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Banco | Encargos | Mês de | | | | |
| Banco Itaú S.A. | 3,0% a.a. | mai/18 | 50 | 168 | 50 | 168 |
| Banco Itaú S.A. | 4% a.a. + TJLP | jun/21 | 300 | 386 | 300 | 386 |
| Banco Itaú S.A. | 5,50% a.a. | jun/17 | - | 184 | - | 184 |
| Banco Itaú S.A. | 19% a.a. | ago/17 | - | 501 | - | 501 |
| Banco Santander S.A | 1,89% a.m. | nov/17 | - | 762 | - | 762 |
| Banco Santander S.A | 2,44% a.m. | mai/17 | - | 369 | - | 369 |
| Banco Santander S.A | 6,16% a.a.+CDI | mar/18 | 12.769 | 20.806 | 12.769 | 20.806 |
| Banco Santander S.A | 6,55% a.a.+CDI | out/22 | 9.846 | - | 9.846 | - |
| Finep | TJLP + 1,5% | abr/25 | 27.337 | 27.038 | 27.337 | 27.038 |
| Banco Bradesco | s/ juros | dez/17 | - | 48 | - | 48 |
| Banco Banrisul | 1% a.a. +CDI | abr/21 | 834 | - | 834 | - |
| Banco Unicred | 0,90%a.a +CDI | mai/20 | 203 | - | 203 | - |
| Banco Unicred | 0,65%a.a +CDI | nov/22 | 206 | - | 206 | - |
| Banco Safra | 1,45% a.m. | mar/18 | 706 | - | 706 | - |
| Banco Safra | 1,39% a.m. | nov/18 | 923 | - | 923 | - |
| Saldo negativo de bancos | | dez/17 | 1.417 | 1.883 | 1.481 | 1.883 |
| | | | 54.591 | 52.145 | 54.655 | 52.145 |
| Moeda Nacional com partes relacionadas | | | | | | |
| BNDES Profarma Produção | TJLP + 1% a.a. | jan/18 | 224 | 2.876 | 224 | 2.876 |
| BNDES Profarma Inov. | 3,5% a.a. | mar/18 | 310 | 1.552 | 310 | 1.552 |
| | | | 534 | 4.428 | 534 | 4.428 |
| Total de Empréstimos e Financiamentos | | | 55.125 | 56.573 | 55.189 | 56.573 |
| Passivo Circulante | | | 21.879 | 28.735 | 21.943 | 28.735 |
| Passivo Não Circulante | | | 33.246 | 27.838 | 33.246 | 27.838 |

Os contratos de empréstimos e financiamentos contêm cláusulas contratuais restritivas (“covenants”), as quais permitem ao credor considerar antecipadamente vencido o contrato e exigir de imediato o pagamento do saldo devedor em aberto nas seguintes hipóteses:

- (a) Contratos Capital de Giro Banco Santander S.A.
- Inadimplência da Companhia, dos avalistas ou qualquer sociedade indiretamente ligada nas suas obrigações com o banco ou qualquer sociedade ligada ao banco;
 - Inadimplência da Companhia, dos avalistas ou qualquer sociedade indiretamente ligada nas suas obrigações com terceiros;
 - Se a Companhia ou avalistas tiverem títulos de suas responsabilidades protestados cujo somatório some R\$ 50 mil;
 - Se a Companhia sofrer qualquer medida judicial ou extrajudicial que a critério do banco possa afetar sua capacidade de honrar obrigações;
 - Se a Companhia ou avalistas tornarem-se insolventes, tiverem falência requerida, início de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, se acolher a RAET - regime de administração especial temporária;
 - Transferência de bens e obrigações;
 - Se ocorrer qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário da Companhia, ou ainda se ocorrer incorporação, cisão ou fusão;
 - Não reforçarem, em caso de perecimento, perda ou depreciação das garantias mencionadas em contrato;
 - Se houver alteração ou modificação do objeto social.
- (b) Contratos Capital de Giro Banco Itaú S.A.
- Inadimplência da Companhia junto ao credor;
 - Se a Companhia iniciar qualquer procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, se for requerida sua falência, ou se houver protesto de título contra a Companhia;
 - Não cumprimento de qualquer obrigação assumida em outras obrigações celebradas com o banco, suas controladas, controladores ou coligadas;
 - Substituição do devedor solidário por motivo de insolvência;
 - Não reforçarem, em caso de perecimento, perda ou depreciação das garantias ou dos direitos creditórios mencionadas em contrato;
 - Se houver sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos, pela Companhia ou seus dirigentes, que importe em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual ou crime contra o meio ambiente;

- Indícios de crise econômica financeira ou de estado pré-falimentar;
- (c) Contratos Finame Banco Itaú S.A.
- Inadimplência da Companhia junto ao credor;
 - Se a Companhia sofrer protesto de título, pedir falência ou insolvência, requerer recuperação judicial, convocar credores para propor plano de recuperação extrajudicial;
 - Se for proposto contra a Companhia ação judicial por não pagamento de dívida certa, líquida e vencida, que a critério do Itaú comprometa o cumprimento de suas obrigações ou garantias;
 - Se for apurada falsidade de qualquer declaração, informação ou documento entregue ao banco;
 - Se for comprovada sentença transitada em julgado, em razão da prática de atos, pela Companhia ou seus dirigentes, que importe em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual ou crime contra o meio ambiente.
- (d) Contratos Investimentos - Banco BNDES
- Redução do quadro de pessoal da beneficiária sem atendimento ao disposto no inciso III da cláusula oitava;
 - Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela beneficiária, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
 - Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízos à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
 - Este contrato também vencerá antecipadamente, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, na data da diplomação como Deputado Federal ou Senador, de pessoa que exerça função remunerada na Beneficiária, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, inciso I e II

A Companhia não apresentava nenhuma quebra de cláusulas restritivas (“covenants”) nas informações financeiras do período. findo em 31 de dezembro de 2017.

Duplicatas descontadas

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2017, operações de desconto de duplicatas no montante de R\$ 8.998 (R\$ 2.816 em 31 de dezembro de 2016), nas quais a Companhia assume o risco de crédito. Estas operações possuem prazo de 30 a 180 dias e taxa média de encargos financeiros de 1,6% a.m. em 31 de dezembro de 2017 (2,15% a.m. em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia adota como política a apresentação das operações de desconto de duplicatas para fins de demonstração do fluxo de caixa nas atividades operacionais.

17 Obrigações sociais e trabalhistas

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Passivo circulante | | | | |
| Salários a pagar | 632 | 649 | 633 | 656 |
| INSS a recolher | 1.675 | 2.999 | 1.677 | 1.179 |
| FGTS a recolher | 163 | 134 | 163 | 134 |
| Provisões sobre a folha | 1.374 | 1.136 | 1.378 | 976 |
| Outros | 242 | 80 | 244 | 2.068 |
| | <u>4.086</u> | <u>4.998</u> | <u>4.095</u> | <u>5.013</u> |
| Passivo não circulante | | | | |
| INSS parcelado | 3.962 | - | 3.962 | - |
| Outros | 7 | - | 7 | - |
| | <u>3.969</u> | <u>-</u> | <u>3.969</u> | <u>-</u> |

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Foram constituídos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, imposto de renda e contribuição social diferidos com a seguinte natureza:

| | Consolidado | |
|--|---------------|--------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Passivos fiscais diferidos | | |
| Capitalização dos juros sobre empréstimos | 113 | 117 |
| Custo atribuído (deemed cost) | 168 | 490 |
| Diferença vida útil prédio | 922 | 645 |
| Outras | - | 15 |
| | <u>1.203</u> | <u>1.267</u> |
| Ativos fiscais diferidos | | |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 1.507 | 1.047 |
| Provisão para contingências trabalhistas | 764 | 154 |
| Provisão para pagamento de royalties | 147 | - |
| Provisão para perdas de estoque | 111 | - |
| Provisão imparidade imobilizado e intangível | 1.025 | - |
| Provisões indedutíveis | (170) | 13 |
| Prejuízo fiscal | 9.636 | 6.450 |
| | <u>13.169</u> | <u>7.664</u> |
| | <u>11.966</u> | <u>6.397</u> |

Conciliação do resultado tributável com a despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social (consolidado)

| Consolidado | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|---|-------------------|-------------------|
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | (12.848) | (4.750) |
| Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada | (4.368) | (1.615) |
| Incentivos fiscais | (1.713) | (2.627) |
| Outras adições e (exclusões) permanentes, líquidas | <u>513</u> | <u>42</u> |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício | <u>(5.568)</u> | <u>(4.200)</u> |

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização das diferenças temporárias para os seguintes exercícios:

| Exercício | Valor |
|------------------|---------------|
| 2018 | 2.019 |
| 2019 | 3.161 |
| 2020 | 4.688 |
| 2021 | <u>2.098</u> |
| Total | <u>11.966</u> |

Os estudos de recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos ativos realizados pela Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração estão fundamentados nos seus planos de negócio e alinhados com as demais projeções utilizadas pela Companhia como, por exemplo, nos testes de recuperabilidade de ativos.

19 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da provisão para contingências está baseado na avaliação da possibilidade de perda, estimada pelos consultores jurídicos da Companhia para as questões em litígio judicial de origem cível, trabalhista e tributário. A provisão é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

A composição do saldo da controladora e do consolidado é a seguir apresentada:

| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|-------------|-------------------|-------------------|
| Trabalhista | <u>2.247</u> | <u>455</u> |
| | <u>2.247</u> | <u>455</u> |

A Companhia possui uma estimativa de valor referente a processos com perda possível de R\$ 18.805 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 4.944 em 31 de dezembro de 2016).

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 2014, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou pelo aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 38.462 mediante a emissão de 422.791 ações ordinárias. As condições foram aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária de 19 de dezembro de 2014, sendo que em 2014 foi integralizado o montante de R\$ 16.462 e o restante, no montante total de R\$ 22.000, foi integralizado em 2015.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 2.511.377 ações ordinárias, no valor de R\$ 68.436.

O capital social está dividido da seguinte forma:

| Acionista | Participação | Ações ordinárias | Total integralizado |
|---|--------------|------------------|---------------------|
| Lifemed Administração e Participações Ltda. | 43% | 1.065.600 | 15.294 |
| Lifemed Capital Participações Ltda. | 22% | 563.497 | 8.087 |
| BNDES Participações S.A. | 22% | 552.503 | 15.055 |
| Kumla S.A. | 9% | 219.851 | 20.000 |
| Fundo BBI Financeira I | 4% | 109.926 | 10.000 |
| Total | 100% | 2.511.377 | 68.436 |

Em 15 de março de 2018 foi deliberado pelos acionistas em AGE o aumento do capital social da Companhia em R\$ 5.000, com fundamento no art. 170 da Lei nº 6.404/76, mediante a emissão de 65.061 (sessenta e cinco mil e sessenta e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Será destinada à reserva de investimentos e capital de giro e tem como objetivo atender às necessidades de recursos para execução dos investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia.

d. Reserva de subvenção para investimentos

A reserva de subvenção para investimentos apropria os valores de subvenções recebidas do Estado através do programa FUNDOPEM/RS (nota explicativa 27) e também a subvenção concedida pela Prefeitura de Pelotas através do reembolso de parte do ICMS devido dos últimos 5 anos. Conforme mencionado na nota explicativa 27 às demonstrações financeiras, a Companhia é beneficiária de subvenções governamentais para investimentos, as quais são reconhecidas no resultado do exercício e são excluídas na determinação do lucro tributável pelo imposto de renda e contribuição social. Os benefícios decorrentes desses incentivos não podem ser distribuídos como dividendos aos acionistas e devem ser mantidos em reservas de lucros, exceto para fins de absorção de prejuízos, sendo que as reservas devem ser reconstituídas à medida que lucros sejam gerados, até o montante dos benefícios obtidos.

e. Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios são de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, parcialmente alterada pelas Leis nº 9.457 de 05/05/1997 e 10.303 de 31/10/2001, respectivamente.

21 Receita operacional líquida

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Receita Operacional bruta | | | | |
| Venda de produtos | 106.201 | 102.258 | 106.201 | 104.087 |
| Prestação de serviços | 2.969 | 2.094 | 2.969 | 2.094 |
| | 109.170 | 104.352 | 109.170 | 106.181 |
| Deduções | | | | |
| Impostos sobre as vendas | (18.499) | (17.535) | (18.499) | (17.535) |
| Devoluções e abatimentos | (2.241) | (3.103) | (2.241) | (3.117) |
| | (20.740) | (20.638) | (20.740) | (20.652) |
| Receita líquida | 88.430 | 83.714 | 88.430 | 85.529 |

22 Despesas por natureza

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Matéria-prima | (24.551) | (27.741) | (24.551) | (29.326) |
| Remuneração direta | (26.692) | (25.636) | (26.781) | (26.198) |
| Comissões sobre vendas | (2.523) | (2.148) | (2.523) | (2.148) |
| Frete sobre vendas | (2.352) | (2.150) | (2.352) | (2.229) |
| Despesas com viagem | (2.325) | (1.941) | (2.348) | (1.960) |
| Depreciação, amortização e redução ao valor recuperável | (11.624) | (8.092) | (11.642) | (8.106) |
| Serviços pessoas jurídicas | (12.256) | (9.264) | (12.309) | (9.398) |
| Despesa com marketing | (692) | (811) | (692) | (831) |
| Despesa aluguel, água, luz e telefone | (2.214) | (1.278) | (2.328) | (1.305) |
| Provisão de contingência | (1.792) | - | (1.792) | - |
| Provisão devedores duvidosos | (1.354) | - | (1.354) | - |
| Provisão para perdas com estoque | (329) | - | (329) | - |
| Gastos com projetos | (1.533) | (605) | (1.596) | (606) |
| Outras despesas | (2.216) | (5.794) | (2.234) | (5.856) |
| | (92.453) | (85.460) | (92.831) | (87.963) |
| Custo dos produtos vendidos | (51.957) | (53.665) | (51.957) | (55.273) |
| Despesas gerais e administrativas | (14.784) | (13.276) | (15.162) | (13.899) |
| Despesas de vendas | (25.712) | (18.519) | (25.712) | (18.791) |
| | (92.453) | (85.460) | (92.831) | (87.963) |

23 Resultados financeiros

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Despesas de juros | (10.660) | (10.122) | (10.728) | (10.234) |
| Despesas bancárias | (452) | (872) | (456) | (896) |
| Variação cambial passiva | (487) | (321) | (487) | (321) |
| Outras despesas financeiras | (1.483) | (364) | (1.488) | (364) |
| | (13.082) | (11.679) | (13.159) | (11.815) |
| Receitas financeiras | | | | |
| Desconto obtido | 54 | 104 | 63 | 110 |
| Variação cambial | 3 | 54 | 3 | 54 |
| Receita de juros | 399 | 906 | 408 | 945 |
| | 456 | 1.064 | 474 | 1.109 |
| | (12.626) | (10.615) | (12.685) | (10.706) |

24 Outras receitas e despesas operacionais

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Outras Receitas | 114 | 696 | 114 | 696 |
| Crédito presumido de ICMS (nota 27) | 5.038 | 5.117 | 5.038 | 5.117 |
| Incentivo Desenvolver Pelotas * | - | 2.610 | - | 2.610 |
| Outras despesas | (914) | (33) | (914) | (33) |
| | 4.238 | 8.390 | 4.238 | 8.390 |

(*) O Incentivo Desenvolver Pelotas consiste na concessão de incentivos fiscais e financeiros pelo Município de Pelotas à Companhia com contrapartida de incremento de investimento na capacidade produtiva e geração de empregos. O benefício consiste na devolução em espécie de 15% do ICMS sobre o valor efetivamente recolhido pela Companhia, pelo prazo de 10 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu os montantes apurados de 2011 a 2016.

25 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela administração da Companhia.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Empréstimos e recebíveis | | | | |
| Valor justo por meio do resultado | 1.517 | 2.563 | 1.526 | 2.565 |
| Contas a receber de clientes | 23.523 | 23.824 | 23.523 | 23.824 |
| | 25.040 | 26.387 | 25.049 | 26.389 |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | | | |
| Fornecedores | 10.840 | 4.674 | 10.840 | 4.684 |
| Empréstimos e Financiamentos | 55.125 | 56.573 | 55.189 | 56.573 |
| Duplicatas descontadas | 8.998 | 2.816 | 8.998 | 2.816 |
| | 74.963 | 64.063 | 75.027 | 64.073 |
| Passivos financeiros mensurados ao valor justo | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 10 | - | 10 |

Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Taxas futuras foram obtidas a partir da BM&F Bovespa para a data das liquidações dos contratos, ou da mais próxima de vencimento com informação de mercado disponível. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

b. Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

Nível 2

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e fornecedores aproximam-se dos valores contábeis devido à sua natureza de curto prazo ou porque não estão sujeitos a taxas de juros variáveis.

O valor justo estimado para os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2017, para a controladora e consolidado era R\$ 55.109 (R\$ 56.491 em 2016), calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, e pode ser comparado com os valores contábeis de R\$ 55.189 (R\$ 56.573 em 2016) para controladora e consolidado.

c. Análise de sensibilidade

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a Companhia possui empréstimos e financiamentos com diversas taxas de juros. Entretanto, a Administração considera que as variações mais significativas estão atreladas as operações pós-fixadas.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado e não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma alteração de 25% e 50% pontos base nas taxas de juros CDI e TJLP, na data das informações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes.

| | Despesa anual sobre índice 31/12/2017 | Taxa Provável | Aumento de 25% | Aumento de 50% |
|--|---|------------------|-------------------|-------------------|
| Passivos financeiros sujeitos a variação TJLP: | 7,0% | 7% | 8,75% | 10,05% |
| Passivos financeiros sujeitos a variação CDI: | 7,0% | 7% | 8,75% | 10,05% |
| Projeção anual sobre passivo financeiro | | R\$ 6.658 | R\$ 6.839 | R\$ 7.017 |
| Variação | | - | R\$ 181 | R\$ 359 |

26 Participação nos lucros

A Companhia, baseada na política de remuneração variável, aprovada pela Administração, concede participação nos lucros e resultados aos seus empregados, que está vinculada a um plano de ação, objeto da avaliação dos resultados, bem como ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos e acordados no início de cada ano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não ocorreram pagamentos de participações nos lucros.

27 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia têm a natureza de subvenções para investimentos estaduais.

Os valores das subvenções recebidas do Estado são representados pelo programa FUNDOPEM/RS - Estado do Rio Grande do Sul, que visa atender aos interesses do desenvolvimento regional, de forma a subvencionar os investimentos realizados na expansão de uma unidade industrial no município de Pelotas (RS) e o incremento e manutenção de postos de trabalho. Esta subvenção foi concedida no âmbito da estratégia de fomento ao desenvolvimento

industrial definido nos programas FUNDOPEM/RS e INTEGRAR/RS, decreto nº 42.360/03. O cálculo da subvenção é determinado a partir do montante de ICMS devido incremental e incidente sobre os negócios realizados pelas unidades industriais incentivadas. O valor total deste incentivo estadual é de aproximadamente R\$ 31.000 a valores da data da assinatura do Termo de Ajuste nº 025/2006 em 19 de outubro de 2006 até 31 de dezembro de 2017.

Desde 2014 a Companhia a está habilitada a utilizar o crédito presumido de ICMS de acordo com o decreto estadual do RS 51.074/2013. Esse crédito é apurado com base no saldo de débitos e créditos do mês de ICMS/RS. A alíquota é de 60% sobre o saldo apurado e lançado no resultado em outros créditos conforme há evidência do atingimento dos critérios para reconhecimento do benefício.

O total das subvenções recebidas acumulado é de R\$ 19.731. No exercício de 2017 o montante apropriado foi de R\$ 5.038 (R\$ 5.117 em 2016). As subvenções governamentais tem um tratamento fiscal diferenciado na apuração do lucro real, pois as receitas decorrentes desses benefícios são excluídas da base de cálculo.

28 Incorporação de controlada

Vida Industria e Comercio de Produtos Médicos Ltda

Em 31 de março de 2016, a Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. efetuou a incorporação de sua controlada direta Vida Industria e Comercio de Produtos Médicos Ltda., adquirida em 1º de julho de 2015. O objetivo desta operação foi de consolidar o segmento de linhas de sangue sob a marca da Lifemed.

O acervo líquido incorporado apurado a partir do laudo de avaliação a valor contábil de 31 de março de 2016 totalizou R\$ (1.062), conforme demonstrado abaixo:

| | Saldos contábeis na data do laudo | Movimentação | Acervo líquido incorporado |
|---|--------------------------------------|--------------|-------------------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 101 | (51) | 50 |
| Contas a receber de clientes | 1.281 | 183 | 1.464 |
| Estoques | 1.811 | (281) | 1.530 |
| Impostos a recuperar | 1.137 | 660 | 1.797 |
| Outros créditos | 64 | 81 | 145 |
| Impostos a recuperar - não circulante | - | 130 | 130 |
| Imobilizado | 16 | (6) | 10 |
| Intangível | 1 | 8 | 9 |
| Fornecedores | (720) | (1.411) | (2.131) |
| Empréstimos | (2.726) | 60 | (2.666) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | (106) | (191) | (297) |
| Obrigações fiscais e tributárias | (34) | (17) | (51) |
| Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas | (100) | - | (100) |
| Empréstimos e financiamentos - não circulante | (845) | 835 | (10) |
| Outras contas a pagar | - | (942) | (942) |
| | <hr/> | <hr/> | <hr/> |
| Acervo líquido | (120) | (942) | (1.062) |

29 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores no exercício e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, comparativamente com o mesmo período de 2016, conforme o quadro abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Resultado do exercício | (7.184) | (422) | (7.280) | (550) |
| Ações ordinárias | 2.511.377 | 2.511.377 | 2.511.377 | 2.511.377 |
| Resultado por ação ordinária | (2,86) | (0,17) | (2,90) | (0,22) |

30 Seguros

A Companhia, com base na avaliação de seus consultores, mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil.

A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados.

Os ativos segurados são a planta, as máquinas e equipamentos localizados em Pelotas, onde se localiza a matriz da Companhia, e as edificações locadas onde a Companhia tem instaladas as áreas comerciais e de assistência técnica em São Paulo.

31 Eventos subsequentes

Como já descrito nas notas explicativas 1 e 20, em 15 de março de 2018 foi deliberado pelos acionista em AGE o aumento do capital social da Companhia em R\$ 5.000 (cinco milhões), com fundamento no art. 170 da Lei nº 6.404/76, mediante a emissão de 65.061 (sessenta e cinco mil e sessenta e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As ações a serem emitidas serão subscritas e integralizadas pelo acionista Fundo BBI Financial I - Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes Inovadoras, em moeda corrente do país.

As acionistas Lifemed Administração e Participações Ltda., Lifemed Capital Participações Ltda., Kumla SP Participações S.A. e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR renunciaram expressamente ao direito de preferência na subscrição das novas ações no âmbito do aumento de capital aprovado.